

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1526993 - RS (2015/0081141-5)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : CARMEN SILVANA DA SILVA RAMOS**  
**AGRAVANTE : NEUZA FRANCISCA DA SILVA RAMOS**  
**AGRAVANTE : CATIA REJANE DA SILVA RAMOS**  
**ADVOGADOS : GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA - RS023021**  
**ANDRÉA BUENO MAGNANI MARIN DOS SANTOS**  
**E OUTRO(S) - DF018136**  
**MAURO DE AZEVEDO MENEZES - DF019241**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458, II E 535, II DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 283/STF. ANUÊNIOS. REAJUSTE DE 3,17% SOBRE AS DIFERENÇAS. NÃO IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. NECESSIDADE. SÚMULAS 283/STF E 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. Não ocorreu omissão no aresto combatido, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.
2. Ao afastar a incidência do reajuste de 28,86% sobre os anuênios, o Tribunal de origem deu à controvérsia solução que se encontra em harmonia com a jurisprudência desta Corte.
3. No que concerne à pretensão de incidência do reajuste de 3,17% sobre as diferenças do reajuste de 28,86%, deixou a parte recorrente de infirmar, especificamente, o fundamento adotado no acórdão recorrido – ausência de previsão legal no título exequendo –, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF, por analogia.
4. Por fim, para se afastar o fundamento do acórdão recorrido, também seria necessário o reexame de matéria fática, o que esbarra na vedação da Súmula 7/STJ.
5. Agravo interno não provido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

# *Superior Tribunal de Justiça*

unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina  
Relator

